ATRIBUNA
Publicado em 16/04/2024 - 13:15

Lei para diminuir efeitos das fortes chuvas não é posta em prática no RJ

Por: Saulo Andrade **Data da Publicação:** 15 de abril de 2024

Foto: Redes sociais

Aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), em 2010, a lei de enfrentamento às mudanças climáticas (5.690) não vem sendo cumprida a contento por sucessivos governos estaduais. Esta foi uma das conclusões da audiência pública que debateu, na última sexta-feira (12), na Alerj, a implementação da Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável.

Foto: Octacílio Barbosa/Alerj

A representante da Casa Fluminense, Larissa Amorim, apresentou dados sobre a forma pela qual os eventos de extremos climáticos vêm afetando a população mais pobre do estado: nos últimos quatro verões, um total de três milhões de pessoas foram afetadas. Destas, pelo menos 140 morreram e 690 ficaram feridas. Em Nova Iguaçu, Queimados e Petrópolis, o impacto foi maior, nos últimos anos.

100 mil moradias foram afetadas e destruídas, acarretando um prejuízo de R$ 1,1 bilhão. R$ 1,5 bilhão são comprometidos, com infraestrutura pública. Seis mil pessoas foram internadas, com doenças de veiculação hídrica, acarretando um custo de R$ 3,9 milhões, "com doenças que poderiam ser evitadas", ressaltou Larissa. "77% dos internados nos hospitais são negros e negras. Precisamos de políticas que olhem para a dimensão de raça para enfrentar esse problema", apontou.

Atrasos

De acordo com os participantes do encontro, o Rio de Janeiro não apresentou, até hoje, estimativas anuais nem um inventário de emissões de gases de efeito estufa; um sistema de informações e um plano de mudanças do clima - que deve começar a ser implementado no ano que vem - prazo considerado atrasado, segundo o deputado Flávio Serafini (PSOL), presidente da Frente por Justiça Climática.

Foto: Akemi Nitahara/Agência Brasil

Critérios da lei, como um fórum de mudanças climáticas; um cadastro de sumidouros; zoneamento econômico e ecológico do estado; um Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (Fecam); além de um adequado sistema de licenciamento ambiental, são itens que vêm sendo, de acordo com os participantes da audiência pública, parcialmente implementados.

A boa notícia fica por conta do fato de o Rio já possuir um cadastro estadual de emissões e um inventário florestal estadual.

Redes sociais

A comissão do "Cumpra-se", do deputado Carlos Minc (PSB), apresentou um relatório, sobre outros pontos da legislação. De acordo com o parlamentar, se houvesse continuidade em projetos anteriormente implementados, muita gente que morreu no estado, por conta das fortes chuvas de janeiro, teria sobrevivido. "Na Baixada Fluminense, elaboramos o projeto Iguaçu, Sarapuí e Botas. Quando chovia muito, não se podia entrar com a máquina, para dragar, porque as casas cairiam no rio. Durante vários anos, com o recurso do Fecam, fizemos dragagem e realocamos as famílias. Dezenas de milhares de pessoas foram deslocadas para lugares seguros e o rio foi dragado. O investimento do Fecam foi de mais de R$ 200 milhões e ainda teve dinheiro do Ministério das Cidades, da ministra Miriam Belchior, em 2009. O projeto foi interrompido, a partir de 2014. Se tivesse continuado, muitas pessoas que morreram, nas últimas chuvas, teriam sobrevivido", lamentou.

Titular do Programa de Engenharia Ambiental da UFRJ, o professor Paulo Canedo elaborou o projeto dos rios Iguaçu, Sarapuí e Botas. Ele teve oportunidade de sobrevoar aquela região, com câmera especializada, no dia seguinte às fortes chuvas. Segundo o acadêmico, a região estava preparada anteriormente, mas nada foi feito, desde 2014, até janeiro deste ano, no sentido de se fazer a devida manutenção preventiva, quanto ao movimento de terra, a cada dois anos. "Uma das coisas que ajudei a inovar foi que todos os projetos tinham a previsão do nível do mar. Previmos um aumento natural das chuvas. Imaginávamos que o nosso projeto daria uma proteção à bacia por alguns longos anos. Não deu", alertou.

Iniciativas

Durante a audiência, a subsecretária de Mudanças do Clima e Conservação da Biodiversidade, Marie Ikemoto, destacou a forma pela qual o governo estadual vem implementando a lei 5.690/2010. Ela disse que há parcerias com entidades para produzir e disponibilizar os dados referentes à emissão de gases, que estão incompletos. Ikemoto ressaltou ainda a contratação da entidade responsável pela elaboração do plano, a ser feita em maio. "O desafio dessa política é que ela depende de uma governança multinível, com muitas responsabilidades do município, do Estado e do Governo Federal, além do setor privado e da sociedade civil", comentou Ikemoto.

O subsecretário de Defesa Civil, Márcio Romário, detalhou que a pasta investiu R$ 20,9 milhões em equipamentos e serviços, em 2023. No ano, foram emitidos mais de 5,5 mil alertas geológicos e hidrológicos.

https://www.atribunarj.com.br/materia/-lei-para-diminuir-efeitos-das-fortes-chuvas-nao-e-posta-em-pratica-no-rj

Veículo: Online -> Site -> Site A Tribuna - RJ

Copyright © Clipclap 2025.